

## **Audiências Públicas**

### **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

#### **aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

***segunda-FEIRA 02/04***

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 18h

**Assunto / Finalidade:** Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?” - 3º Painel: “América Latina: Eleições Regionais e suas consequências para a integração e os **acordos (Mercosul e União Europeia)**”

#### **Participantes:**

- Doutor Alcides Costa Vaz, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília/UNB - Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.
- Doutora Gleisse Ribeiro Alves, Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) - Doutora em Direito pela Universidade Nancy 2 (França) e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

**RESULTADO: Audiência Pública realizada.**

### **SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO - CDHET / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

#### **aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

***terça-FEIRA 03/04***

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**Assunto / Finalidade:** Debater sobre: “**Sistema de Inspeção do Trabalho**”.

**Requerimento(s) de realização de audiência:** - [RDH 24/2018](#), Senador Paulo Paim

**Participantes:**

Carlos Fernando da Silva Filho • Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT  
Herbert Claros • Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular  
Paulo Douglas Almeida de Moraes • Procurador do Trabalho - Ministério Público do Trabalho  
Apresentação  
Leif Raoni de Alencar Naas • Auditor Fiscal do Trabalho e Assistente Técnico do Gabinete SIT/MTb  
Lucimary Santos Pinto • Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS  
Guilherme Guimarães Feliciano • Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA  
Renato Bignami • Auditor Fiscal do Trabalho e Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

**RESULTADO: Audiência Pública realizada.**

**[COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA](#)**

**aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

***segunda-FEIRA 03/04***

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 11h

**Assunto / Finalidade:** Debater os **investimentos em infraestrutura logística de estradas, visando o escoamento de produção agrícola**, haja vista a redução do orçamento em mais de 99% em transporte terrestre

**Requerimento(s) de realização de audiência:** - [RRA 31/2017](#), Senador Ivo Cassol;

**Participante:**

· Sr. Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, Diretor de Programa do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) (representante de: Dyogo Henrique de Oliveira, Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP))

**RESULTADO: Audiência Pública realizada.**

-

**Congresso Nacional - Plenário**

**03/04/2018 (TERÇA-FEIRA)**

**SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL - 14h30**

**Destinada à deliberação dos Vetos nºs 44 a 50 de 2017 e nºs 1 a 9 de 2018  
(FUNRURAL - Veto nº 8, de 2018)**

**RESULTADO:** Discussão, em turno único - Destaque da cédula. **Veto rejeitado na Câmara** dos Deputados: Sim: 2 Não: 360 Total da votação: 360 Total Quórum: 362 **Veto rejeitado no Senado** Federal: Sim:1 Não: 50 Total da votação: 51 Art. 51, RISF: 1 Total quórum: 52 O veto vai à promulgação.

-

**Medidas provisórias**

**03/04/2018 (TERÇA-FEIRA)**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 14h30**

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017](#) - Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

**Presidente:** Senador Eduardo Braga

**Relator:** Deputado Julio Lopes

**Assunto / Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 814, de 2017

**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** [MPV 814/2017](#), Presidência da República

**Participantes:**

- Tarcísio Estefano Rosa, Diretor Presidente da Eletrobras Distribuição Amazonas (representante de: Eletrobras Distribuição Amazonas)
- Wady Charone Júnior, Diretor Presidente da Eletrobras Amazonas GT (representante de: Eletrobras Amazonas GT)
- Gustavo Teixeira Ferreira da Silva, Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (representante de: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)
- Pedro Tabajara Blois Rosário, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (representante de: Federação Nacional dos Urbanitários)

**Vigência:** 02/02/2018 - 01/06/2018

**Situação atual:** Vigente (prorrogado)

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO:** Audiência Pública realizada.

**DELIBERATIVA - 14h30**

[Medida Provisória nº 810, de 2017](#) - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

**Presidente:** Senador Paulo Rocha

**Relator:** Deputado Thiago Peixoto

**Relator Revisor:** Senadora Vanessa Grazziotin

**Ce-Presidente:** Deputado Pauderney Avelino

**Assunto / Finalidade:** Apreciação do Relatório.

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 810, adotada em 11 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências."

**Vigência:** 22/12/2017 - 31/05/2018

**Situação atual:** Vigente (prorrogado)

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO:** Lido o Relatório do Deputado Thiago Peixoto. Concedida vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 10/04/2018.

-

-

**DELIBERATIVA - 14h30**

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 809, DE 2017](#) - Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

**Presidente:** Deputado Assis do Couto

**Relator:** Senador Jorge Viana

**Relator Revisor:** Deputado Paes Landim

**Vice-Presidente:** Senador Pedro Chaves

**Assunto / Finalidade:** Apreciação de Relatório.

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 809, adotada em 4 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de pessoal do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis -IBAMA."

**Vigência:** 04/12/2017 a 14/03/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

**Situação atual:** Aguardando Instalação da Comissão

**Prazos abertos**

**04/12/2017 - 14/03/2018:** Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

**Situação do prazo:** Vigente

**28/02/2018 em diante:** Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

**Situação do prazo:** Previsto

**RESULTADO:** Em 03/04/2018 foi aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista. Lido o Relatório do Senador Jorge Viana. É concedida vista coletiva da matéria e a reunião é suspensa. Em 04/04/2018 é reaberta a reunião. Aprovado o Relatório do Senador Jorge Viana, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 809, de 2017, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nº 7, 9, 13, 15, 18, 21, 29 e 30 e pela rejeição das demais Emendas apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

**DELIBERATIVA - 14h30**

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 817, DE 2018](#) - Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.

**Presidente:** Deputada Maria Helena

**Relator:** Senador Romero Jucá

**Relator Revisor:** Deputado Nilton Capixaba

**Assunto / Finalidade:** Apreciação de Relatório.

**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 817, adotada em 5 de janeiro de 2018, que “Disciplina o disposto nas emendas constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-territórios federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do ato das disposições constitucionais transitórias e o art. 31 da emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.”.

**Vigência:** 05/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

**Situação atual:** Aguardando Instalação da Comissão

**Prazos abertos**

**05/01/2018 - 02/04/2018:** Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO: Aberta a reunião. Lido o relatório do Senador Romero Jucá. Concedida Vista Coletiva da matéria. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 10/04/2018.**

-  
-  
**04/04/2018 (QUARTA-FEIRA)**

**DELIBERATIVA - 10h**

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 819, DE 2018](#) - Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade.

**Assunto / Finalidade:** Apreciação de Relatório.

**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 13

**Presidente:** Deputado George Hilton

**Relator:** Senador Humberto Costa

CONTINUAÇÃO...

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 819, adotada em 26 de janeiro de 2018, que "Autoriza a união a doar recursos ao estado da palestina para a restauração da basílica da natividade."

**Vigência:** 02/02/2018 - 01/06/2018

**Situação atual:** Vigente (prorrogado)

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO:** Reabertura reagendada para o dia 11 de abril de 2018.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA- 10h30**



[Medida Provisória nº 812, de 2017](#) - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

**Presidente:** Senador Otto Alencar  
**Relator:** Deputada Simone Morgado  
**Relator Revisor:** Senadora Lúcia Vânia

**Assunto / Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 812, de 2017.  
**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** [MPV 812/2017](#), Presidência da República

**Participantes:**

Sr. Valdecir José de Souza Tose • Diretor de Infraestrutura de Negócios do Banco da Amazônia  
Sr. Enio Mathias Ferreira • Gerente Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil  
Sr. Marcio Scatena Villar • Superintendente Substituto da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO  
Sr. Marcelo José Almeida das Neves • Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE  
Sr. Túlio Luis Mauro Barata • Economista da da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM  
Sr. Tiago Berriel • Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central  
Sr. Henrique Jorge Tinôco de Aguiar • Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste  
Sr. Ênio Meinen (representante de: OCB, Bancoob e do Sicredi)  
Sr. Muni Lourenço Silva Júnior • Vice-Presidente de Finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas.  
Sra. Isabel Mendes • Especialista de Política e Indústria da Unidade de Política Econômica - CNI

3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 812, adotada em 27 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste."

**Vigência:** 02/02/2018 - 01/06/2018  
**Situação atual:** Vigente (prorrogado)  
**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO: Audiência Pública realizada.**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 15h**

[Medida Provisória nº 811, de 2017](#) - Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

**Presidente:** Deputado Julio Lopes

**Relator:** Senador Fernando Bezerra Coelho

**Assunto / Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 811, de 2017.

**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

**Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** - [MPV 811/2017](#), Presidência da República

#### **Participantes:**

- Olavo Bentes David, Consultor Jurídico da Pré-Sal Petróleo S.A.;
- Walter Baere de Araújo Filho, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 811, adotada em 22 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o poder executivo a criar a empresa pública denominada empresa brasileira de administração de petróleo e gás natural s.a. - pré-sal petróleo s.a. - ppsa e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos."

**Vigência:** 22/12/2017 - 31/05/2018

**Situação atual:** Vigente (prorrogado)

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO:** Audiência Pública realizada.

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 14h30**

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017](#) - Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

**Presidente:** Senador Eduardo Braga

**Relator:** Deputado Julio Lopes

**Assunto / Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 814, de 2017

**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):** [MPV 814/2017](#), Presidência da República

**Participantes:**

Leandro Caixeta Moreira • Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica  
Mário Luiz Menel da Cunha • Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico  
Edney da Silva Martins • Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas

5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 814, adotada em 29 de dezembro de 2017, que "Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica."

**Vigência:** 02/02/2018 - 01/06/2018

**Situação atual:** Vigente (prorrogado)

**Situação do prazo:** Vigente

**RESULTADO:** Audiência Pública realizada.

-  
**Comissões**

-  
[COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI](#)

**REUNIÃO DELIBERATIVA**

**Terça-FEIRA 03/04**

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 - 9h

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV, para **determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos** e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta Observações: 1. A matéria tem parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, pela aprovação com a emenda nº 1-CAE. 2.

- 3** Em 09/05/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. 3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. 4. Votação nominal.

**TRAMITAÇÃO:** CAE à CI

**CABE VISTA:** NÃO

**ORIENTAÇÃO:** Acompanhar

**RESULTADO:** Adiado.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para **estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.**

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: 1. Matéria tem parecer da CMA, pela aprovação nos termos da Emenda Substitutiva nº 1/CMA. 2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno

- 6** suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. 3. Votação nominal.

**TRAMITAÇÃO:** CMA à CI

**CABE VISTA:** SIM

**ORIENTAÇÃO:** Favorável

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO:** Adiado.

[REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2018](#) -  
Requer, a realização de audiência pública para **debater as obras de manutenção, conservação e recuperação da BR-319**, especificamente acerca dos estudos de impacto ambiental, requisito necessário para a liberação das obras das obras de reasfaltamento da rodovia.

11 Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Adiado.**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17 de 2018 -  
Requer, nos termos do RISF, que a política pública a ser avaliada pela CI no exercício de 2018 seja o **aproveitamento do potencial das vias navegáveis interiores que compõem o Subsistema Aquaviário Federal**.

15 Autoria: Senador Flexa Ribeiro

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Adiado.**

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18 de 2018 -  
Requer a realização de audiência pública, com o intuito de discutir o Plano Nacional de Logística - PNL, que no dia 21 de março de 2018 abriu consulta pública para contribuições do setor produtivo e da sociedade.

16 Autoria: Senador Wellington Fagundes

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Adiado.**

[REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19 de 2018](#) -  
Requer, em aditamento ao RQI nº 04/2018, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater os impactos da construção da EF-170 (Ferrogrão).

17 Autoria: Senador Paulo Rocha

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Adiado.**

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

### **REUNIÃO DELIBERATIVA**

**terça-FEIRA 03/04**

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 - 10h

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, de 2015](#)- Terminativo - Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação com três emendas apresentadas

- 11** Observações: 1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável ao projeto.

**TRAMITAÇÃO:** CDRè CAE

**CABE VISTA:** **SIM**

**ORIENTAÇÃO:** Acompanhar

**RESULTADO:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

### **REUNIÃO DELIBERATIVA**

***terça-FEIRA 03/04***

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15 - 11h30

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2014](#) - Não Terminativo - Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisa científica e tecnológica.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

1

**TRAMITAÇÃO:** CE à CAE à CCT

**CABE VISTA:** SIM

**ORIENTAÇÃO:** Acompanhar

**RESULTADO:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE.

**Observações:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

### REUNIÃO DELIBERATIVA

*Terça-FEIRA 03/04*

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 - 11h30

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015](#) - Terminativo - Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações: 1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e

4 12/12/2017.

**TRAMITAÇÃO: CRA è CMA**

**CABE VISTA: SIM**

**ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer**

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015](#) - Terminativo - Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações: 1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

6 2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017. 3. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão.

**TRAMITAÇÃO: CRA è CMA**

**CABE VISTA: SIM**

**ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer**

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**



- 9** [PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.  
Autoria: Senador Jorge Viana  
Relatoria: Senador João Capiberibe  
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo  
Observações: 1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017; 2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

**TRAMITAÇÃO: CMA**  
**CABE VISTA: SIM**  
**ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer**

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**

- 10** [PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016](#) - Terminativo - Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.  
Autoria: Senador Paulo Paim  
Relatoria: Senador Valdir Raupp  
Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta.  
Observações: 1. Constou da pauta em 7/11, 6/12 e 12/12/2017.

**TRAMITAÇÃO: CMA**  
**CABE VISTA: SIM**  
**ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer**

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.

**12**

**TRAMITAÇÃO: CMA**

**CABE VISTA: SIM**

**ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer**

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela rejeição

**13** Observações: Constou da pauta em 26/9, 10/10, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017

**TRAMITAÇÃO: CMA**

**CABE VISTA: SIM**

**ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer**

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

**RESULTADO: Reunião não realizada.**

## [COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR](#)

### **REUNIÃO DELIBERATIVA**

#### **QUARTA-FEIRA 04/04**

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 9h

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015** - Terminativo - Dispõe sobre **reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.**

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relator atual: José Medeiros

Relatório: Pela rejeição Observações: - A matéria constou da Pauta da 12ª (07/06/2017) e da 38ª (13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria constou também na pauta da 2ª (21/02/2018), da 3ª (28/02/2018) e da 5ª (14/03/2018) Reuniões da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria foi lida na 2ª reunião (24/02/2016) da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria foi rejeitada na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos; - Votação nominal.

**6**

**TRAMITAÇÃO:** CAE à CDR

**CABE VISTA:** SIM

**ORIENTAÇÃO:** Acompanhar

**RESULTADO:** Adiado.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2018** - Requer a realização de Ciclo de Debates da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a ser realizada em São Félix do Araguaia - MT, em data ainda a definir, para debater, junto com as autoridades responsáveis, a má prestação de serviços de telefonia e precária cobertura de telefonia móvel na região do Araguaia.

**8**

Autoria: Senador José Medeiros

**ORIENTAÇÃO:** Acompanhar

**RESULTADO:** Adiado.

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

**REUNIÃO DELIBERATIVA**

**QUARTA-FEIRA 04/04**

**LOCAL:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 - 11h

- 23** [REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38 de 2018](#) - Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater o Desmatamento Zero para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.  
Autoria: Senador João Capiberibe

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Aprovado.**

- 25** [REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56 de 2018](#) - Requer, nos termos regimentais, aditamento ao RDH 15/2018, para que a audiência Pública seja realizada em conjunto com a Comissão de Serviços e Infra Estrutura para debater os impactos da construção da EF 170 (Ferrogrão) sobre o desenvolvimento regional e sobre a população afetada, bem como debater a falta de mecanismos de consulta e participação da população dos municípios diretamente afetados no processo de consulta da ANTT.  
Autoria: Senador Paulo Rocha

**ORIENTAÇÃO: Acompanhar**

**RESULTADO: Adiado.**

-

-